A ARTE DE HABITAR: SUBJETIVIDADE, CIDADANIA E FOTOLINGUAGEM NAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS

Amanda Holanda Oliveira
Discente de Psicologia – Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG)
amandao301@outlook.com

Victor Hugo Camargo Buscariol
Discente de Psicologia – Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG)
victorhugo.camargobuscariol@gmail.com

Thomaz Ademar Nascimento Ribeiro
Orientador do Estágio Supervisionado Específico I – Saúde Mental
thomaz@univag.edu.br

Carolina Simões Pereira
Supervisora de Campo
carolina.simoes@cuiaba.mt.gov.br

A transição paradigmática promovida pela Reforma Psiquiátrica Brasileira deflagrou a urgência de repensar as práticas de cuidado, deslocando o eixo do isolamento asilar para o convívio comunitário. Nesse cenário, os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) configuram-se como casas inseridas no espaço urbano, destinadas a acolher egressos de longas internações psiquiátricas que perderam seus vínculos familiares e sociais (Silveira; Santos Junior, 2011). Historicamente, o debate sobre essas moradias surgiu de experiências pioneiras de desinstitucionalização no início da década de 1990 em cidades como Porto Alegre, Ribeirão Preto, Campinas e Santos, com a explícita intenção de superar o isolamento dos internos de longa data (Silveira; Santos Junior, 2011). Esses dispositivos vieram a ser oficializados como política do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Portaria nº 106, do ano de 2000 (Brasil, 2000). O propósito central dessas residências é a reabilitação psicossocial. Elas visam garantir o suporte clínico e social necessário para que o indivíduo seja reinserido na comunidade, recupere seus laços afetivos e exerça sua autonomia, transformando o espaço da casa em um verdadeiro dispositivo de emancipação após décadas de cronificação manicomial (Brasil, 2000; Silveira; Santos Junior, 2011). É nesse contexto que se insere o presente estágio em Psicologia, atualmente em andamento. O problema que se coloca no campo de nossa prática é o desafio de estabelecer ferramentas clínicas que restituam a subjetividade muitas vezes apagada por longas internações. Dessa forma, a pretensão das intervenções propostas para este estágio é operar a travessia entre o mero "alojamento" do indivíduo e o verdadeiro ato de "habitar", buscando dispositivos que possibilitem a essas pessoas a

ISBN: 978-85-88900-14-1

reconstrução de suas biografias. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar o planejamento e as perspectivas do estágio em Psicologia, atualmente em desenvolvimento em um Serviço Residencial Terapêutico (SRT). Pretende-se demonstrar e analisar teoricamente como a futura aplicação do acompanhamento terapêutico no território e a implementação de grupos de fotolinguagem poderão operar como dispositivos mediadores para favorecer a ressubjetivação, a elaboração de afetos e a emergência da autonomia no cotidiano dos moradores. A fundamentação deste trabalho baseia-se no paradigma da Atenção Psicossocial. Esse modelo compreende a desinstitucionalização não como uma simples desospitalização física, mas como um processo social complexo que envolve a reconstrução de saberes, práticas, transformações jurídico-políticas e direitos de cidadania (Amarante, 2013). Segundo Saraceno (2001), o processo de reabilitação psicossocial fundamenta-se na capacidade de libertar identidades. O autor diferencia categoricamente o "estar" do "habitar": enquanto o manicômio é o lugar por excelência onde o habitar é negado (restando apenas o estar físico com escassa ou nula propriedade do espaço), a reabilitação exige a construção de direitos substanciais, onde o ato de morar deixa de ser uma tutela passiva e passa a ser o eixo contratual do indivíduo na sociedade. Nessa mesma direção, Silva e Vicentin (2017) ressaltam que as atividades diárias em uma residência terapêutica são o substrato principal para a produção de subjetividade. As autoras demonstram que as práticas do dia a dia, quando distanciadas da serialização e vigilância impostas pelo hospital psiquiátrico, permitem a reconstrução de sentidos e a ampliação da contratualidade social. Pitta (2011) corrobora essa necessidade ao advertir que a desinstitucionalização responsável lida com a existência concreta do sujeito em seu território, abandonando a exclusão para promover interações sociais efetivas. Para operar clinicamente sobre essa reabilitação, o estágio planeja apoiar-se no uso da "fotolinguagem" como dispositivo principal de atenção à saúde mental. Segundo Passos e Rumin (2014), essa técnica consiste em uma intervenção de mediação em que um amplo conjunto de fotografias é oferecido aos participantes, servindo como objetos mediadores para o discurso e a evocação de afetos. Os autores explicam que a fotolinguagem atua no sentido de provocar a ruptura da posição "a-subjetal" – típica da cronificação manicomial, promovendo uma experiência transicional. As imagens atuam como referentes externos nos quais os moradores aderem memórias internas, estimulando a capacidade de associação, o desocultamento de histórias prévias à internação e o compartilhamento de um espaço psíquico comum com os demais moradores da casa (Passos; Rumin, 2014). O estágio encontra-se em andamento, sendo estruturado por meio de visitas regulares a um Serviço Residencial Terapêutico, com intervenções divididas em etapas graduais. Inicialmente, a metodologia tem consistido na observação participante do cotidiano da casa. Esta fase busca compreender a dinâmica relacional dos moradores, seu grau de apropriação do espaço físico (o "habitar") e as interações com a equipe de cuidadores, evitando posturas que remetam ao controle disciplinar. O próximo passo do projeto envolve o acompanhamento terapêutico no território, que pretende estimular a autonomia nas atividades de vida diária, como o uso de serviços no bairro, idas a praças e comércios locais, visando uma mediação sociopolítica na cidade. O eixo central da intervenção, planejado para a segunda metade do estágio, consistirá na facilitação de grupos de fotolinguagem com os moradores. Pretende-se realizar oficinas quinzenais, nas quais uma diversidade de imagens fotográficas será disposta sobre o centro de uma mesa. A partir de perguntas norteadoras propostas pelos estagiários (como indagações sobre a casa, a família ou o futuro), os moradores serão convidados a escolher livremente imagens com as quais se identifiquem. Espera-se que cada sujeito possa associar suas escolhas a memórias, resgatando afetos e projetando expectativas, enquanto o grupo operará como um suporte de escuta polifônica. Em todas as etapas, preza-se pelo rigor ético, garantindo

ISBN: 978-85-88900-14-1

a supressão das identidades dos moradores e da instituição. Embora as práticas de estágio estejam em curso e não tenham gerado resultados finais, as observações e o planejamento já evidenciam que a transição de paciente psiquiátrico para cidadão é um desafio diário, que ocorre nas micro-relações cotidianas. A reflexão inicial aponta que as Residências Terapêuticas correm o risco constante de reproduzir as lógicas de um "micro-manicômio" caso os profissionais não estabeleçam uma prática reflexiva e não atuem na promoção ativa de trocas sociais. A pretensão do estágio é que, com a futura implementação das oficinas de fotolinguagem e do acompanhamento no território, os moradores, antes silenciados pelas práticas de institucionalização, encontrem ferramentas mediadoras seguras para verbalizar dores passadas, medos do presente e projetos futuros. Acredita-se que o uso de dispositivos clínicos que não tutelam o indivíduo, mas que apostam em sua potência associativa e narrativa, é essencial para resgatar a capacidade contratual dessas pessoas. Espera-se, ao término da vivência, confirmar que cuidar em saúde mental é promover cidadania, amparando o sujeito para que o ato de estar em uma casa se converta na arte autêntica de habitar.

Palavras-chave: Residência terapêutica; Fotolinguagem; Atenção psicossocial.

ISBN: 978-85-88900-14-1

REFERÊNCIAS:

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 106, de 11 de fevereiro de 2000. Institui os Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para o atendimento ao portador de transtornos mentais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 fev. 2000.

PASSOS, Luciane Aparecida dos Santos; RUMIN, Cassiano Ricardo. A Fotolinguagem como dispositivo de atenção à saúde mental: experiência em uma residência terapêutica. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 35, n. 2, p. 103-118, jul./dez. 2014. DOI: 10.5433/1679-0383.2014v35n2p103.

PITTA, Ana Maria Fernandes. Um balanço da Reforma Psiquiátrica brasileira: instituições, atores e políticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 12, p. 4579-4589, dez. 2011.

SARACENO, Benedetto. **Libertando identidades**: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. 2. ed. São Paulo: Instituto Franco Basaglia: Te Corá Editora, 2001.

SILVA, Dayse Andrade Bispo; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Cotidiano de uma residência terapêutica e a produção de subjetividade. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 29, n. 2, p. 196-207, jul./dez. 2017.

SILVEIRA, Maria de Fátima de Araújo; SANTOS JUNIOR, Hudson Pires de Oliveira (org.). **Residências terapêuticas**: pesquisa e prática nos processos de desinstitucionalização. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

ISBN: 978-85-88900-14-1